



# RONDÔNIA: A FRONTEIRA QUE DEU CERTO

Therezinha de Castro

*A Profª Therezinha de Castro oferece mais uma contribuição aos leitores da ADN com esta apreciação da Rondônia. Conclui que se trata de um desafio, particularmente sobre o aspecto das migrações.*

## INTRODUÇÃO

**É** comum dizer-se que os países da América do Sul se encontram de costas para os outros; fato esse bem mais real no âmbito da Amazônia do que no Prata.

O Brasil que se integra nessas duas importantes bacias fluviais é signatário dos dois tratados que envolvem países integrantes dessas sub-regiões do continente. Procura, na atualidade, pôr em prática o Tratado de Cooperação Amazônica que visa, antes de tudo, estabelecer uma programação através das nações signatárias a fim de que cada país venha a incorporar às

respectivas economias nacionais suas áreas amazônicas. E é nesse contexto que Rondônia, o 23º Estado da Federação Brasileira, nos limites com a Bolívia, é hoje visto como a fronteira que deu certo.

## PANORAMA HISTÓRICO

O Tratado de Madrid de 1750, sustentando o princípio do "uti possidetis", confirmou a posse de vasta área do oeste ao Brasil hoje englobada aos Estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso e Rondônia. Embora a região tenha se mantido marginalizada, foi sempre

considerada de grande importância geoestratégica, pois os portugueses instalaram aí os Fortes de Tabatinga (1766) e Príncipe da Beira (1776).

A fronteira, no entanto, formada por intrincada rede fluvial, de difícil delimitação, ensejou a penetração num terreno desconhecido: o mapa de Cândido Mendes no "Atlas do Império do Brasil" (1868) destacava a região como verdadeiro deserto, ignorando o rio Acre e seus afluentes. Nesse contexto seria, em 1867, assinado um tratado de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, desconhecendo-se o local da verdadeira nascente do Javari. Por isso, esse Tratado de 1867 previa, no seu artigo 28, a revisão das estipulações de limites por meio de nova demarcação e até troca eventual de territórios.

Em 1877, começam a se estabelecer nas margens do rio Acre grande número de nordestinos, especialmente cearenses fugidos da grande seca, em busca de novos horizontes de trabalho — a extração da borracha, tão apreciada no comércio internacional. Como a região era ainda despovoada, não se registrou nenhuma intervenção oficial; daí a população brasileira haver crescido, sendo avaliada em fins do século XIX em cerca de 60.000 habitantes. Era esta a situação, quando a Bolívia resolve protestar contra a instalação de brasileiros em área que lhe pertencia.

A partir de então surgia, em pleno coração da Amazônia, uma zona de tensão, cuja solução só seria dada a 17 de novembro de

1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Este determinava a entrega à Bolívia de pequeno território na fronteira entre os rios Beni e Abunã, até onde se juntavam para formar o Madeira (cerca de 2.296 km<sup>2</sup>), incorporando ao Brasil o atual Estado do Acre (152.589 km<sup>2</sup>). Por não haver equivalência entre os territórios trocados, o artigo 3º do Tratado determinava uma indenização de dois milhões de libras esterlinas a serem pagas pelo Brasil. Por outro lado, para que os bolivianos tivessem livre acesso à navegação no Amazonas, o artigo 7º compromissava o Brasil a construir a Estrada de Ferro Madeira—Mamoré, vencendo o trecho encachoeirado destes rios.

Essa construção, que ceifou numerosas vidas, levou nove anos para ser concluída (1903-1912), ligando Porto Velho a Guajará-Mirim; embora ao longo da ferrovia tenham se estabelecido alguns aglomerados humanos, esse oeste brasileiro se manteve marginalizado. Sobretudo até o novo surto ocorrido na Amazônia, ocasionado pela "Batalha da Borracha", por ocasião da invasão da Malásia pelos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial.

A partir daí, o primeiro passo que procurou dinamizar esse nosso rincão amazônico se deve ao Decreto-Lei de 13 de setembro de 1943, criando o Território do Guaporé em terras desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso. No entanto, a falta de estruturas e a incapacidade de organização manteria, ainda por algum

tempo, em compasso de espera, os ideais inscritos no "Discurso do Amazonas" proferido em 1943 por Getúlio Vargas. Pelo menos, até a década dos 50, quando a descoberta de jazidas de cassiterita levava o governo federal a criar colônias agrícolas no então Território do Guaporé, que em 17 de fevereiro de 1956 passava a se denominar Rondônia, em homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon, seu desbravador moderno (1910); isto porque o desbravador do passado havia sido o português Antônio Raposo Tavares (1649), que no grande circuito terrestre uniu as Bacias Amazônica e Platina.

Caberia ao Governo Castelo Branco a nova investida em direção a essa fronteira com a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e do Banco da Amazônia; avanço prosseguido pelo Governo Costa e Silva com a transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, como também pela chegada dos Batalhões de Engenharia de Construção e consequente formação de novas colônias militares.

A abertura da BR-364 ensejou, a partir de 1968, a ocupação espontânea e desordenada de Rondônia, que alcançou uma taxa de crescimento populacional de 16% ao ano, sem precedente até então em sua história. Até 1970 era Rondônia, dentro do contexto nacional, uma região subpovoada com 0,46 hab/km<sup>2</sup>, numa popu-

lação absoluta de 111.064 pessoas; dez anos depois, já com um total de 491.025 pessoas, passava para 2,02 hab/km<sup>2</sup>. Em 1985, numa média de 4,24 hab/km<sup>2</sup>, alcançava um total de 1.028.429 pessoas, estimando-se que em 1990 venham a coexistir em Rondônia 8 hab/km<sup>2</sup>. Destacando-se, porém, que em decorrência das facilidades de acesso do fluxo migratório, a concentração demográfica se apresenta ao longo da BR-364 até Porto Velho, a capital.

Nesse contexto desenvolvimentista, em sua seqüência histórica, a 22 de dezembro de 1981, Rondônia (243.044 km<sup>2</sup>), maior que o Uruguai, o menor país do continente, trocava sua condição de Território pela de 23º Estado da Federação.

## ASPECTOS GEOECONÔMICOS

Estabelecer um crescimento harmônico dos meios de transporte, a fim de que seja possível um aproveitamento integrado do Estado, é a principal preocupação do atual governo. Em se tratando do sistema viário, as rodovias se constituem na coluna vertebral dos transportes; cumprindo, no entanto, destacar o setor hidroviário pelo afluxo do transporte através das bacias formadas pelos rios Madeira-Machado e Mamoré-Guaporé. A articulação com as principais cidades portuárias da Amazônia, até atingir o Atlântico, é feita pelo rio Madeira; esse fato vem exigir a ampliação e modernização do por-

to da capital de Rondônia, já que é o ponto inicial do montante da navegação, podendo se considerar o importante elo de integração rodó-hidroviário, servindo não só a esse Estado brasileiro como também ao Peru e Bolívia, países vizinhos. Por sua vez, a navegação nos rios Guaporé—Mamoré oferece duas linhas regulares de Guajará-Mirim a Limoeiro e Vila Bela em Mato Grosso, numa extensão de 1.416 km.

Com seu território integrado na Bacia Amazônica, cortado por numerosos rios, zona de transição entre a floresta equatorial e o cerrado, o Estado de Rondônia conta com 27 milhões de hectares para a agropecuária.

Destinam-se, atualmente, ao plantio do café cerca de 130.000 hectares e um parque cafeeiro de 130 milhões de covas, que permitiu ao Estado colher no ano de 1985 cerca de 700 mil sacas, volume que o situou como o 4.º produtor brasileiro. Figura ainda como o 2.º produtor brasileiro de cacau, contando com 50.000 hectares dedicados ao seu plantio, colhendo cerca de 20.000 arrobas. Como é prática corrente no Brasil o plantar-se bananeiras para abrigar do sol e ventos as frágeis mudas do cacaueiro, é grande a produção de bananas, superando o próprio consumo do Estado.

Comparativamente, a produtividade de café anda em torno de 15 sacas de 60 quilos por mil pés, contra uma média brasileira, em geral, de 9 sacas para igual quantidade de covas. No caso do cacau, a produtividade chega a 75 arrobas

por hectare contra uma média brasileira de aproximadamente 60 arrobas por hectare. Fatos que vêm comprovar a riqueza do solo rondoniense, com grandes perspectivas também para a soja, onde já foram plantados 10.000 hectares em região de cerrado, com uma produtividade de 2.200 quilos quando a média brasileira é de 1.700 quilos.

Como medidas impulsionadoras do processo agrícola, o governo estadual tem se empenhado no cultivo da lavoura branca e dos frutos comestíveis e industrializáveis, além de fazer funcionar 14 delegacias regionais da Agricultura, em idêntico número de municípios.

Grande produtor de borracha e escoador desse produto que vem da Bolívia, Rondônia já conta com 20.000 hectares plantados que dão ao Estado uma vantagem adicional em relação às culturas de outras regiões brasileiras; é que em Rondônia a borracha pode ser explorada após 6 anos, quando a produção em outras unidades da Federação só é possível depois de 7 anos.

A produção animal vem ao longo dos anos procurando desempenhar papel importante no setor primário da economia. A pecuária extensiva viabiliza a criação de 1,5 unidade/boi por hectare, e com um rebanho estimado em 600 mil cabeças o Estado de Rondônia já supre com produção própria mais de 90% de seu consumo de carne.

A energia elétrica de Rondônia vem sendo, ao longo do tempo, um dos maiores problemas do Estado, devido à sua distribuição e gera-

ção, uma vez que esse setor necessita de investimentos elevados e continuados para fazer face à demanda sempre crescente. Conta atualmente o Estado com uma potência instalada de 143 mil quilowatts, só se valendo de cerca de 80, em virtude do desgaste do parque gerador; o que é insuficiente para atender à demanda estadual estimada em mais de 200 quilowatts. Conseqüentemente, na área urbana de Porto Velho, cerca de 35% das residências são desprovidas de energia elétrica, enquanto na área rural este índice supera os 60%.

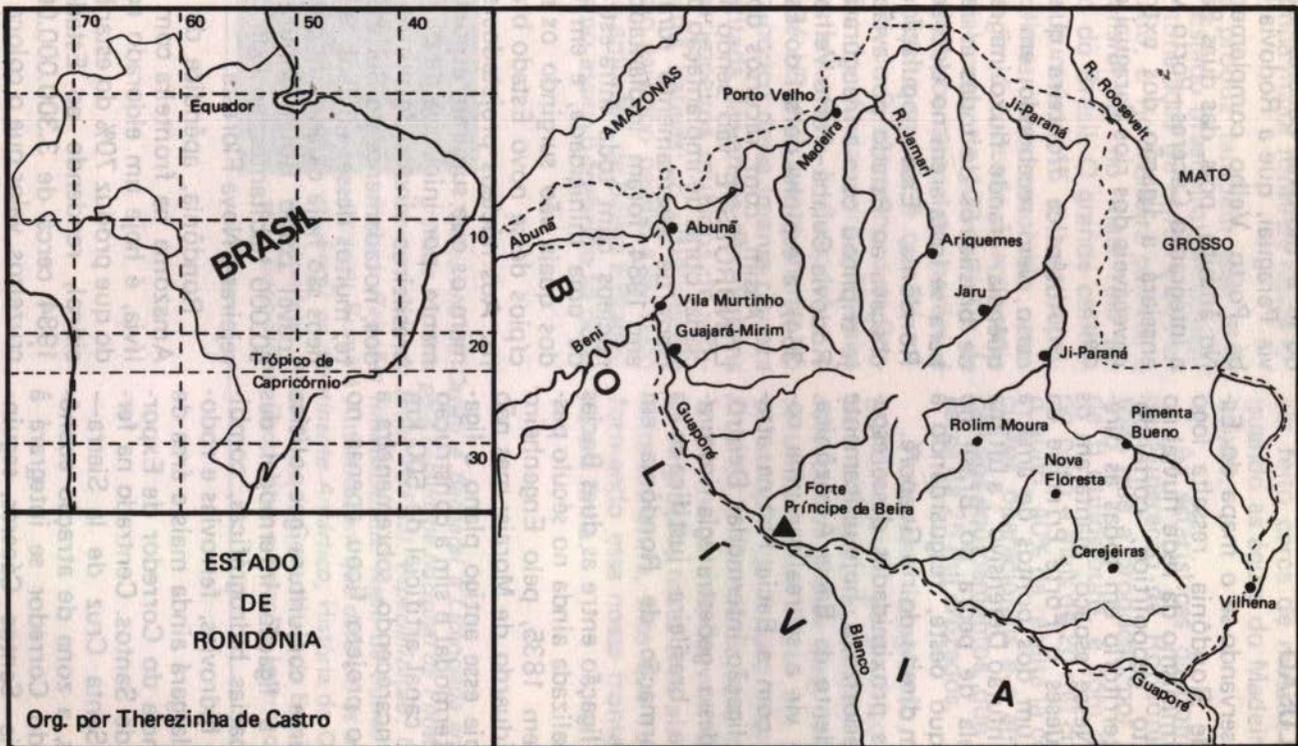
Em face, pois, do surto econômico, a energia de Rondônia custa em média 3 milhões de dólares por mês; conseqüentemente, para o desenvolvimento do Estado, o problema energético vem trazendo preocupações adicionais. E tende a agravar-se rapidamente, já que o consumo de energia elétrica aumentou em 1983 em 47% quando a média no Brasil foi, em geral, de 8%. Como o crescimento de Rondônia continua pressionando o sistema, a construção da hidroelétrica de Samuel (59 MW de potência firme) virá permitir a substituição de pelo menos 98% da geração térmica a diesel em sua área de influência que se estende ao longo da BR-364, o eixo mais desenvolvido do Estado entre Porto Velho e Ji-Paraná. Conseqüentemente, Samuel, com conclusão ainda bastante atrasada, proporcionará ao Brasil uma economia de 429 milhões de dólares.

Samuel é uma hidroelétrica convencional, com características idên-

ticas às de várias outras implantadas em vales abertos. A conformação da Bacia do Jamari impôs ao projeto a construção de diques de 35 a 20 km de extensão e até 8 metros de altura em ambas as margens da barragem, o que exige um movimento de 4.500.000 m<sup>3</sup> de solo. A construção dos diques se fez necessária para evitar que, com a capacidade com que foi dimensionada a hidroelétrica, o lago formado viesse a inundar centenas de quilômetros a mais do que os 650 km<sup>2</sup> do reservatório propriamente dito. Mesmo com a adoção dessa solução, o reservatório apresenta uma extensão máxima de 130 km por 20 km de largura.

No próprio Jamari, 150 km o montante de Samuel, já está identificada a implantação da hidroelétrica de Monte Cristo. Esta, além de gerar 25 MW de potência firme, ainda alimentará o reservatório de Samuel aumentando em mais 10 MW a capacidade firme de geração desta usina.

Também em projeto no Município de Vilhena a 350 km de Porto Velho, a hidroelétrica de Ávila, com 30 MW de capacidade firme de geração, só deverá entrar em funcionamento em 1988; previsto também para 1994 o projeto de aproveitamento de 600 a 700 MW no rio Ji-Paraná, bem como no rio Machado com 515 mil KW. Finalmente, no rio Madeira estão sendo estudadas condições para a construção de hidroelétrica gigantesca, comparável ao porte de Itaipu, que propiciará ao Estado de Rondônia exportar energia elétrica para outras regiões brasileiras.



Rondônia: A Fronteira que deu Certo

## CONCLUSÃO

Observando-se o mapa do Estado de Rondônia, ressalta logo o determinismo da rede fluvial no contexto geopolítico, cortando-lhe o território em todas as direções. Nesse espaço, plantaram os portugueses o Forte Príncipe da Beira, um dos pontos de amarra do "Cinturão Defensivo", a última sentinela de pedra do Brasil no longínquo oeste, resguardando a margem direita do rio Guaporé.

Nas proximidades desse espaço interiorizado, hoje unicamente dependente da Bacia Amazônica, poderá vir a se realizar uma conexão com a Bacia Platina através de ligação intermodal. Dentro, pois, dessa geoestratégia integracionista brasileira justifica-se a transformação de Rondônia em Estado.

A ligação entre as duas Bacias foi idealizada ainda no século passado, em 1835, pelo Engenheiro José Eduardo de Moraes; mas não concebia esse antigo plano a ligação intermodal e sim a construção de um canal artificial de 500 km que, encarecendo sobremaneira a obra, o projeto ficou apenas no papel.

Numa conjuntura geopolítica atual, a ligação intermodal das duas bacias hidrográficas, combinando hidrovias, ferrovias e rodovias, alargará ainda mais a área de influência do Corredor de Exportação de Santos. Centrado na ferrovia Santa Cruz de la Sierra—Santos, a zona de atração econômica do Corredor se integrará à Rodovia Santos—Cáceres, seguin-

do-se a hidrovia Cáceres—Cuiabá via Paraguai, que a Rodovia Cuiabá—Porto Velho complementar. No âmbito, pois, das duas Bacias, a integração Cáceres—Porto Velho ensejará a ligação dos extremos navegáveis dos rios Paraguai e Madeira.

Autêntica fronteira que deu certo, vem recebendo, em consequência, grande fluxo migratório de brasileiros de todas as regiões para se instalarem no eldorado de Rondônia. Essa população que chegava ao Estado por avião, hoje triplicou com a inauguração da Rodovia Cuiabá—Porto Velho (BR-364), a espinha dorsal do Estado.

Assim, com recursos do POLONOROESTE vão sendo financiadas obras de implantação de núcleos de assentamento rural. Só em 1984 foram implantados 25 núcleos com toda infra-estrutura de uma minicidade, e em torno dos quais vão surgindo os municípios desse novo Estado brasileiro. Aos núcleos projetados se somam os que surgiram espontaneamente, por iniciativa de pioneiros brasileiros vindos de outros Estados, notadamente do Sul e Sudeste; muitos desses núcleos espontâneos são hoje cidades de porte razoável como Rolim Moura com 50.000 habitantes, ao lado de Cerejeiras e Nova Floresta.

Rondônia, apêndice de nossa Amazônia na fronteira com a Bolívia, é hoje um Eldorado cobiçado que produz 70% do estanho nacional, rendendo ao Estado em 1984 cerca de 3.300.000.000 de cruzeiros, valor que o coloca como

a segunda maior fonte de renda local.

Já produz também esse mais novo Estado brasileiro, anualmente, 4 toneladas de *ouro*; e já mecanizado, o rio Madeira começa a se transformar no mais rico garimpo do Brasil. O grande contingente humano (15 mil garimpeiros) diretamente envolvido nessa atividade já concede à economia estadual cerca de 100 milhões de cruzados por ano. Isto porém é ainda muito pouco; é que há milênios o rio Beni traz ouro da Cordilheira dos Andes para o Madeira e seus afluentes, o Guaporé e o Mamoré. E até recentemente só muito pouco dessa imensa riqueza foi retirada das areias das margens por garimpeiros munidos de rudimentares bateias; só ultimamente é que o garimpo passou a ser feito com o emprego de balsas e dragas, e mesmo assim o trabalho só pode

ser feito cerca de metade do ano quando as águas do Madeira estão baixas.

As estatísticas da Companhia de Mineração de Rondônia mostram que a produção por balsa é de 6 quilos/ouro, e com o preço do ouro a mais de 20 mil cruzados o quilo, 40% da receita já cobre os custos operacionais e a amortização dos equipamentos, que custam cerca de 25 mil cruzados.

Preservar integrando, eis o grande desafio geopolítico não só para o Brasil mas também para os sete outros países que, em 1980, se uniram num Pacto em prol da construção do futuro amazônico. Quanto a Rondônia, em particular, o maior desafio vem sendo o da migração, nessa área ainda sem infra-estrutura, mas que vai transformando essa nossa fronteira faixa em linha.



*Therezinha de Castro é Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.*